

PERMANECER TAMBÉM É POLÍTICA PÚBLICA: MULHERES, EDUCAÇÃO E PROTEÇÃO SOCIAL EM TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS

Remaining in Education Is Also Public Policy: Women, Education and Social Protection Across Educational Trajectories

Ruth Bispo de Freitas Silva¹

1 Mestranda em Ciências em Educação Cristã. Christian College of Educaler. E-mail: rute.freitas.2010@hotmail.com

Resumo

Este artigo analisa a permanência educacional de meninas, jovens e mulheres como dimensão das políticas públicas de proteção social, com atenção às responsabilidades de cuidado, ao trabalho, à maternidade e às desigualdades sociais que atravessam suas trajetórias escolares e formativas. Desenvolveu-se um ensaio teórico de abordagem qualitativa, apoiado em pesquisa bibliográfica e documental, com publicações científicas, legislação, relatórios e documentos institucionais selecionados por aderência ao tema. O material foi organizado em quatro eixos: direito à educação e permanência; gênero e desigualdades; cuidado, trabalho doméstico e maternidade; e respostas públicas e institucionais. A análise mostra que matrícula e frequência não asseguram, isoladamente, a continuidade dos estudos. Sobrecarga de cuidado, pobreza, trabalho remunerado, ausência de apoio, discriminações e rigidez institucional restringem o tempo e as condições de participação educacional. Políticas de renda, assistência estudantil e cuidado ampliam as possibilidades de permanência quando articuladas a acolhimento, acompanhamento pedagógico, serviços territoriais e escuta das estudantes.

Palavras-chave: Mulheres. Permanência educacional. Cuidado. Políticas públicas. Proteção social.

Abstract

This article analyzes the educational permanence of girls, young women, and adult women as a dimension of public policies for social protection, with attention to care responsibilities, work, motherhood, and social inequalities that shape their school and educational trajectories. A qualitative theoretical essay was developed through bibliographic and documentary research, drawing on scientific publications, legislation, reports, and institutional documents selected for their direct relevance to the topic. The material was organized into four axes: the right to education and permanence; gender and inequalities; care, domestic work, and motherhood; and public and institutional responses. The analysis indicates that enrollment and attendance alone do not ensure continuity in education. Care overload, poverty, paid work, lack of support, discrimination, and institutional rigidity restrict the time and conditions available for educational participation. Income support, student assistance, and care policies broaden opportunities to remain in education when combined with institutional support, pedagogical follow-up, territorial services, and attention to students' experiences.

Keywords: Women. Educational permanence. Care. Public policies. Social protection.

INTRODUÇÃO

Tomar a permanência educacional como parte do direito à educação desloca o olhar da matrícula para as condições que sustentam a continuidade dos estudos. Meninas, jovens e mulheres podem estar formalmente vinculadas a uma instituição e, ainda assim, enfrentar jornadas de trabalho, responsabilidades familiares, insegurança de renda, deslocamentos e violências que reduzem sua participação e ampliam o risco de interrupção. A trajetória educacional depende, nesse quadro, tanto das práticas escolares quanto da forma como o Estado organiza proteção social, cuidado e apoio à vida cotidiana.

Em âmbito nacional, a PNAD Contínua Educação registrou, em 2024, 8,7 milhões de pessoas de 14 a 29 anos que não haviam concluído o ensino médio, por abandono ou por nunca terem frequentado essa etapa (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025). O dado não descreve uma experiência homogênea: gênero, raça, renda, território e configuração familiar alteram os motivos da saída, as possibilidades de retorno e o tempo disponível para estudar. A permanência feminina requer uma leitura que relacione os indicadores educacionais às condições em que se organizam estudo, trabalho e sobrevivência.

Parte dessas condições decorre da divisão sexual do trabalho, que atribui às mulheres parcela desproporcional das tarefas domésticas e de cuidado (Hirata; Kergoat, 2007). No Brasil, a distribuição do trabalho não remunerado continua associada a normas de gênero e à posição socioeconômica das famílias, com efeitos sobre autonomia, renda e uso do tempo (Pinheiro *et al.*, 2023). Quando essa carga se combina à maternidade, sobretudo em contextos com pouca rede de apoio, faltas, atrasos e interrupções passam a integrar a rotina educacional de muitas estudantes (Massi; Borba, 2025).

Pesquisas realizadas em diferentes países mostram que custos escolares, insegurança alimentar, violência de gênero, gravidez, casamento precoce, restrições de mobilidade e falta de apoio acadêmico ou de cuidado infantil interferem na participação de meninas e jovens (Psaki *et al.*, 2022; Ramanaik *et al.*, 2018). Embora as configurações variem entre territórios, os estudos convergem ao situar a interrupção escolar em relações sociais que limitam escolhas e distribuem desigualmente recursos, tempo e segurança.

Na educação profissional e no ensino superior, as barreiras assumem outras formas sem perder a relação com gênero, raça e classe. Mulheres negras na pós-graduação relatam a importância do financiamento, do reconhecimento institucional e de redes acadêmicas para permanecer (Johnson-Bailey, 2004). Em cursos de ciência, tecnologia, engenharia e matemática, mentoria, acompanhamento e qualidade das relações com docentes influenciam a continuidade (Ortiz-Martínez *et al.*, 2023). Responsabilidades familiares, violência e restrições econômicas também atravessam a passagem da formação superior para maior autonomia social e profissional (Rana *et al.*, 2024).

No Brasil, a incorporação da permanência à agenda pública aparece em iniciativas recentes, como o incentivo financeiro-educacional Pé-de-Meia, criado pela Lei nº 14.818/2024, e a Política Nacional de Assistência Estudantil, instituída pela Lei nº 14.914/2024 (Brasil, 2024a, 2024b). A Política Nacional de Cuidados, estabelecida pela Lei nº 15.069/2024, acrescenta um marco para reconhecer o cuidado como direito e responsabilidade compartilhada (Brasil, 2024c). Esses instrumentos atuam sobre dimensões distintas e não substituem o acolhimento cotidiano, os serviços territoriais nem as respostas às desigualdades dentro das instituições educacionais.

A questão que orienta o artigo é: como as políticas públicas educacionais e de proteção social podem contribuir para a permanência de meninas, jovens e mulheres em trajetórias marcadas por responsabilidades de cuidado, trabalho, maternidade e vulnerabilidade social? O objetivo geral consiste em analisar a permanência educacional de meninas, jovens e mulheres como dimensão das políticas públicas de proteção social, com atenção às responsabilidades de cuidado, ao trabalho, à maternidade e às desigualdades sociais que atravessam suas trajetórias escolares e formativas.

REFERENCIAL TEÓRICO

EDUCAÇÃO, DIREITO SOCIAL E PERMANÊNCIA EDUCACIONAL

Na formulação de Cury (2002), o direito à educação articula igualdade e diferença: deve assegurar acesso comum ao conhecimento sem desconsiderar as condições que produzem desigualdade. A efetivação desse direito envolve ingresso, participação, aprendizagem e conclusão, e não apenas a existência formal da vaga. Para meninas e mulheres, a análise da permanência inclui o tempo disponível, a renda, a mobilidade, a segurança, o apoio familiar e o modo como a instituição responde às especificidades de cada trajetória.

Vista por esse ângulo, a permanência funciona como categoria política porque torna visível a distância entre estar matriculada e conseguir participar da vida educacional. Uma estudante pode manter vínculo administrativo e, simultaneamente, acumular ausências, reduzir o rendimento ou abandonar atividades diante de trabalho, cuidado familiar, maternidade ou falta de recursos. O problema não se esgota na decisão individual, pois envolve a distribuição de responsabilidades e os suportes oferecidos ao longo do percurso.

Evidências reunidas por Psaki *et al.* (2022) reforçam a natureza multidimensional da permanência. Intervenções sobre custos escolares, alimentação e apoio acadêmico apresentam resultados favoráveis em parte dos contextos examinados, enquanto temas como gravidez, cuidado infantil, violência e saúde menstrual

permanecem menos estudados. A variação dos efeitos indica que uma mesma medida pode produzir respostas diferentes conforme idade, território, organização familiar e capacidade institucional.

GÊNERO, DESIGUALDADES SOCIAIS E TRAJETÓRIAS EDUCACIONAIS

Historicamente, relações de gênero atribuíram às mulheres responsabilidades domésticas, expectativas de comportamento e posições sociais que condicionam o acesso ao tempo, à renda e à participação pública. Políticas formuladas sem considerar essas relações tendem a tratar situações desiguais como se fossem equivalentes (Godinho; Silveira, 2004). Na educação, essa neutralidade aparente pode ocultar os custos adicionais suportados por quem estuda enquanto cuida, trabalha ou enfrenta controle familiar sobre mobilidade e escolhas.

Sob uma abordagem relacional, gênero não atua isoladamente. Raça, classe, território, geração e condição familiar modificam a exposição às barreiras e o alcance das respostas públicas (Nascimento, 2016). A divisão do trabalho e do tempo também restringe a presença das mulheres nos espaços de decisão e formação, com intensidade diferente segundo posição econômica e racial (Biroli, 2016). Por isso, a categoria “mulheres” precisa ser tratada sem apagar trajetórias de estudantes negras, indígenas, quilombolas, periféricas, rurais, trabalhadoras e da educação de jovens e adultos.

Em diferentes níveis de ensino, as pesquisas descrevem mecanismos semelhantes de seleção. Ramanaik *et al.* (2018) identificaram, entre adolescentes indianas, a interação entre pobreza, normas de gênero, controle da mobilidade e valorização desigual da educação feminina. Johnson-Bailey (2004) mostrou que mulheres negras na pós-graduação enfrentam barreiras relacionadas a financiamento, pertencimento e relações acadêmicas. No contexto brasileiro, Rana *et al.* (2024) destacam responsabilidades familiares, violência, limitações econômicas e normas socioculturais na transição entre educação superior e autonomia.

CUIDADO, TRABALHO DOMÉSTICO E MATERNIDADE

Descrita por Hirata e Kergoat (2007), a divisão sexual do trabalho combina separação e hierarquia: certas tarefas são socialmente atribuídas a homens ou mulheres, e o trabalho associado ao feminino costuma receber menor reconhecimento. O cuidado e o trabalho doméstico não remunerado sustentam a reprodução cotidiana da vida, mas ocupam tempo que poderia ser destinado a estudo, descanso, participação acadêmica ou trabalho remunerado.

Na organização cotidiana das famílias, essa distribuição permanece desigual. Pinheiro *et al.* (2023) relacionam o trabalho doméstico não remunerado a normas de gênero, renda e características do domicílio. Em escala internacional, a ONU Mulheres (2023) estima que as mulheres dedicam, em média, 2,8 horas diárias a mais do que os homens ao cuidado e ao trabalho doméstico não remunerado. Para estudantes, a desigualdade de tempo aparece em atrasos, faltas, menor disponibilidade para leitura, dificuldade de cumprir atividades e redução da participação em experiências formativas.

Quando a maternidade ocorre durante a escolarização, demandas de cuidado se somam a estigmas e respostas institucionais muitas vezes insuficientes. Massi e Borba (2025) registram o esforço de jovens mães para concluir o ensino médio em meio a redes de apoio frágeis. Nyariro (2018) defende políticas de continuidade e retorno construídas com participação das próprias estudantes. No ensino superior, Sallee, Lewis e Kieffer (2024) observaram que a oferta on-line ampliou o acesso de mães estudantes, embora tenha intensificado a sobreposição entre estudo, cuidado e trabalho doméstico.

POLÍTICAS PÚBLICAS E APOIO INSTITUCIONAL À PERMANÊNCIA

Políticas de permanência precisam atuar sobre desigualdades que não são corrigidas pela ampliação formal das vagas. No campo de gênero, o alcance das ações depende do reconhecimento das mulheres como sujeitas de direitos e da incorporação das relações de poder à formulação das políticas (Godinho; Silveira, 2004; Nascimento, 2016). Medidas que transferem às próprias mulheres a responsabilidade exclusiva por conciliar estudo, renda e cuidado podem conservar a estrutura que produz a interrupção.

No plano das intervenções, a revisão de Psaki *et al.* (2022) encontrou evidências mais consistentes para ações relacionadas a custos escolares, alimentação e apoio acadêmico. Outros obstáculos exigem articulação com saúde, assistência social, transporte, proteção contra violências e serviços de cuidado. A combinação necessária varia conforme a etapa de ensino e a situação das estudantes, o que limita respostas padronizadas e isoladas.

Em âmbito brasileiro, o Pé-de-Meia e a Política Nacional de Assistência Estudantil reconhecem a dimensão material da permanência ao prever incentivos e apoios para públicos específicos (Brasil, 2024a, 2024b). A Política Nacional de Cuidados amplia o debate ao distribuir responsabilidades entre Estado, famílias, comunidade, setor privado e sociedade civil (Brasil, 2024c). A presença desses marcos, entretanto, não informa por si só como serão implementados nos diferentes territórios nem quais grupos conseguirão acessar seus instrumentos.

Dentro das instituições, permanência envolve práticas de acompanhamento, escuta, flexibilidade responsável e construção de vínculos. Ortiz-Martínez *et al.* (2023) associam mentoria, referências docentes e monitoramento acadêmico à continuidade de mulheres em cursos STEM. A OCDE (2025) também identifica responsabilidades familiares como barreira relevante para a aprendizagem ao longo da vida, indicando a necessidade de horários, modalidades e serviços compatíveis com as condições de pessoas adultas que estudam e cuidam.

METODOLOGIA

Trata-se de um ensaio teórico de abordagem qualitativa, desenvolvido mediante pesquisa bibliográfica e documental. O material analisado reuniu artigos científicos, livros, relatórios, legislação e documentos institucionais relacionados à permanência educacional de meninas, jovens e mulheres.

As buscas foram realizadas em julho de 2026 nas plataformas SciELO, Biblioteca Virtual em Saúde, Google Acadêmico e Portal de Periódicos CAPES, além de repositórios institucionais e páginas oficiais do IBGE, Ipea, ONU Mulheres, OCDE e Governo Federal. Utilizaram-se os descritores “Mulheres”, “Permanência educacional”, “Cuidado”, “Políticas públicas” e “Proteção social”, bem como seus correspondentes em inglês, combinados conforme o foco de cada busca.

Foram priorizadas publicações de 2016 a julho de 2026, em português, inglês ou espanhol, disponíveis integralmente e com relação direta com o objeto do artigo. Obras anteriores foram mantidas quando constituíam referências teóricas para direito à educação, divisão sexual do trabalho e políticas de gênero. Não foram incluídos materiais duplicados, textos opinativos sem sustentação acadêmica ou institucional e estudos sem articulação com educação, gênero, cuidado ou proteção social. Após leitura de títulos, resumos e textos completos, o conteúdo foi organizado nos quatro eixos adotados no referencial teórico e examinado por aproximações, diferenças e lacunas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conjunto analisado situa a permanência como componente do direito à educação, e não como simples continuidade administrativa da matrícula. O indicador de 8,7 milhões de pessoas entre 14 e 29 anos sem conclusão do ensino médio em 2024 dimensiona a persistência do problema no país (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2025). O Anuário Brasileiro da Educação Básica 2025 também registra dificuldades

estruturais no ensino médio, etapa em que acesso, aprendizagem e conclusão permanecem desiguais (Todos Pela Educação, 2025). A leitura desses dados exige distinguir presença formal, participação efetiva e possibilidade de concluir o percurso.

Nas trajetórias femininas, a continuidade dos estudos se relaciona diretamente às condições materiais de vida. Custos de transporte, alimentação e materiais, necessidade de trabalhar, insegurança e falta de apoio acadêmico aparecem de forma recorrente na literatura (Psaki *et al.*, 2022). Para estudantes responsáveis por tarefas domésticas ou cuidado de familiares, as exigências da escola competem com obrigações que não podem ser adiadas. A falta de tempo, nesse caso, não decorre de desorganização individual, mas da forma como trabalho e cuidado são distribuídos.

A desigualdade no uso do tempo constitui um dos achados mais consistentes. Dados internacionais da ONU Mulheres (2023) e a análise de Pinheiro *et al.* (2023) sobre o Brasil mostram que mulheres seguem dedicando mais horas ao trabalho doméstico e de cuidado não remunerado. Durante a escolarização, essa carga afeta frequência, concentração, descanso e disponibilidade para atividades fora da sala de aula. O impacto tende a crescer em famílias de baixa renda, nas quais a contratação de serviços de cuidado ou apoio doméstico é menos acessível.

Quando se focaliza a maternidade, os estudos descrevem uma combinação de demanda prática e julgamento moral. Jovens mães acompanhadas por Massi e Borba (2025) mantinham o projeto de concluir o ensino médio, mas dependiam de redes concretas para conciliar escola e cuidado infantil. Nyariro (2018) chama atenção para políticas de retorno que incorporem a voz das estudantes, enquanto Sallee, Lewis e Kieffer (2024) mostram que modalidades on-line podem reduzir barreiras de deslocamento e cuidado externo sem eliminar a sobreposição de responsabilidades. Flexibilidade, portanto, precisa ser acompanhada de suporte pedagógico e serviços de cuidado.

Raça, classe e território alteram a intensidade dessas barreiras e as possibilidades de resposta. O estudo de Ramanaik *et al.* (2018) evidencia como pobreza e controle da mobilidade se articulam às expectativas de gênero na permanência de adolescentes. Na pós-graduação, Johnson-Bailey (2004) identifica financiamento, respeito institucional e redes acadêmicas como condições de retenção de mulheres negras. Os resultados discutidos por Rana *et al.* (2024) acrescentam violência, normas socioculturais e limitações econômicas às dificuldades enfrentadas por mulheres brasileiras após o ingresso no ensino superior.

A literatura sobre intervenções mostra maior sustentação para medidas que reduzem custos e ampliam alimentação e apoio acadêmico, embora ainda existam lacunas sobre cuidado infantil, gravidez e violência de gênero (Psaki *et al.*, 2022). No Brasil, o Pé-de-Meia e a Política Nacional de Assistência Estudantil oferecem instrumentos para enfrentar parte das barreiras materiais (Brasil, 2024a, 2024b). Como são políticas recentes,

sua presença normativa não permite presumir efeitos uniformes; alcance, permanência dos recursos, critérios de acesso e articulação local precisam ser acompanhados.

Na escala institucional, ambientes acolhedores, mentoria, acompanhamento e escuta qualificada aparecem associados à continuidade dos estudos (Ortiz-Martínez *et al.*, 2023). Para pessoas adultas, a OCDE (2025) destaca a incompatibilidade entre horários formativos e responsabilidades familiares como obstáculo à aprendizagem ao longo da vida. Creches, busca ativa, apoio psicossocial, adequação de horários e fluxos de encaminhamento para assistência social e saúde não pertencem a uma única política, mas interferem no mesmo percurso educacional.

A articulação dos achados permite distinguir três planos conectados: a organização doméstica do tempo e do cuidado; as condições de acolhimento e participação oferecidas pelas instituições; e a disponibilidade de políticas de renda, assistência, saúde, transporte e proteção. A fragilidade em qualquer desses planos aumenta o custo material e subjetivo de permanecer, enquanto respostas coordenadas reduzem a necessidade de escolhas excludentes entre estudar, trabalhar e cuidar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão orientadora encontra resposta na articulação entre política educacional e proteção social. A permanência de meninas, jovens e mulheres depende de condições que permitam participar, aprender e concluir os estudos, especialmente quando trabalho, maternidade, cuidado familiar, pobreza e violência atravessam a trajetória. Matrícula e incentivo individual não compensam, por si sós, a ausência de tempo, renda, segurança, apoio e reconhecimento institucional.

Políticas de permanência precisam combinar suporte financeiro, assistência estudantil, alimentação, transporte, serviços de cuidado, proteção contra violências e acompanhamento pedagógico. A Política Nacional de Cuidados oferece uma referência para retirar o cuidado da esfera exclusivamente privada, enquanto o Pé-de-Meia e a Política Nacional de Assistência Estudantil atuam sobre públicos e necessidades específicas. Nas escolas e instituições formativas, essas medidas exigem fluxos de acolhimento, busca ativa, escuta das estudantes e articulação com serviços do território.

Por se tratar de ensaio teórico, o artigo não mede os efeitos das políticas citadas nem representa todas as experiências educacionais femininas. Estudos empíricos podem examinar como raça, território, deficiência, idade, maternidade e modalidade de ensino interferem no acesso aos programas e na continuidade dos estudos. Também são necessárias pesquisas que acompanhem a implementação das políticas recentes e incluam

meninas, estudantes-mães, mulheres trabalhadoras e alunas da educação de jovens e adultos na avaliação dos apoios oferecidos.

REFERÊNCIAS

- BIROLI, Flávia. Divisão sexual do trabalho e democracia. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 3, p. 719-754, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/00115258201690>.
- BRASIL. Lei nº 14.818, de 16 de janeiro de 2024. Institui incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, aos estudantes matriculados no ensino médio público. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 17 jan. 2024a.
- BRASIL. Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 4 jul. 2024b.
- BRASIL. Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024. Institui a Política Nacional de Cuidados. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 24 dez. 2024c.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 245-262, jul. 2002. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000200010>.
- GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia da (org.). **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/05630.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2026.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005>.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua**: Educação 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102180_informativo.pdf. Acesso em: 29 jul. 2026.
- JOHNSON-BAILEY, Juanita. Hitting and climbing the proverbial wall: participation and retention issues for Black graduate women. **Race Ethnicity and Education**, v. 7, n. 4, p. 331-349, 2004. DOI: <https://doi.org/10.1080/1361332042000303360>.
- MASSI, Graziela; BORBA, Patrícia Leme de Oliveira. A maternidade durante o ensino médio e os desafios para a permanência: o acompanhamento singular e territorial de jovens mães estudantes de uma escola pública. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, São Carlos, v. 33, e3914, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO401539141>.
- NASCIMENTO, Janaína Xavier do. Políticas públicas e desigualdade de gênero na sociedade brasileira: considerações sobre os campos do trabalho, da política e da ciência. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 21, n. 1, p. 317-337, 2016. DOI: <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2016v21n1p317>.
- NYARIRO, Milka Perez. Re-conceptualizing school continuation & re-entry policy for young mothers living in an urban slum context in Nairobi, Kenya: a participatory approach. **Studies in Social Justice**, v. 12, n. 2, p. 310-328, 2018. DOI: <https://doi.org/10.26522/ssj.v12i2.1624>.
- ONU MULHERES. *Forecasting time spent in unpaid care and domestic work*. New York: UN Women, 2023. Disponível em: <https://data.unwomen.org/publications/forecasting-time-spent-unpaid-care-and-domestic-work>. Acesso em: 29 jul. 2026.
- ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Gender equality in a changing world: taking stock and moving forward**. Paris: OECD Publishing, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1787/e808086f-en>.

ORTIZ-MARTÍNEZ, Gabriela *et al.* Analysis of the retention of women in higher education STEM programs. **Humanities and Social Sciences Communications**, v. 10, art. 101, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1057/s41599-023-01588-z>.

PINHEIRO, Luana *et al.* **Gênero é o que importa:** determinantes do trabalho doméstico não remunerado no Brasil. Brasília, DF: Ipea, 2023. (Texto para Discussão, n. 2920). DOI: <https://doi.org/10.38116/td2920-port>.

PSAKI, Stephanie *et al.* Policies and interventions to remove gender-related barriers to girls' school participation and learning in low- and middle-income countries: a systematic review of the evidence. **Campbell Systematic Reviews**, v. 18, n. 1, e1207, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1002/cl2.1207>.

RAMANAIAK, Satyanarayana *et al.* Education, poverty and “purity” in the context of adolescent girls' secondary school retention and dropout: a qualitative study from Karnataka, southern India. **PLOS ONE**, v. 13, n. 9, e0202470, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0202470>.

RANA, Muhammad Qasim *et al.* Empowerment and sustainability: investigating barriers to women's transition from higher education to empowerment in Brazil. **Societies**, v. 14, n. 11, art. 234, 2024. DOI: <https://doi.org/10.3390/soc14110234>.

SALLEE, Margaret; LEWIS, Danielle; KIEFFER, Sara. Collapsing borders: how online education shapes student-mothers' experiences in higher education. **Access: Critical Explorations of Equity in Higher Education**, v. 12, n. 1, p. 89-105, 2024. Disponível em: <https://novaojs.newcastle.edu.au/ceehe/index.php/iswp/article/view/222>. Acesso em: 29 jul. 2026.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Anuário Brasileiro da Educação Básica 2025. São Paulo: Todos Pela Educação, 2025. Disponível em: <https://anuario.todospelaeducacao.org.br/2025/o-anuario.html>. Acesso em: 29 jul. 2026.